



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	4. MAR. 1980		

DECRETADAS DURANTE O GOVERNO PINTASILGO

**NOVAS PENSÕES MÍNIMAS
VÃO SER FINALMENTE PAGAS**

Fundação Cuidar o Futuro

— anunciou ministro na posse da JCCP

Os dirigentes da Junta Central das Casas do Povo foram ontem empossadas pelo ministro dos Assuntos Sociais, Morais Leitão, numa cerimónia que reuniu o ministro da Educação e os secretários de Estado da Segurança Social, Saúde e Cultura.

Os novos responsáveis pelas Casas do Povo são Alcides Augusto Gouveia (presidente), Ângelo Salter Cid e Maria da Graça Vitorino.

O ministro Morais Leitão, num balanço à actividade governativa com que abriu o discurso de posse, anunciou que durante o mês de Março, será feito o pagamento das novas pensões mínimas de velhice, invalidez e reforma e da pensão social, cujos aumentos são retroactivos a 1 de Dezembro passado.

O ministro afirmou que o Governo e a Assembleia da República haviam optado por uma rede de Casas do Povo que, não sendo apenas meros serviços locais dos centros regionais da segurança social, constituíam a «expressão da

vontade das comunidades em que se inserem, centros de concretização das aspirações e dos interesses culturais, sociais e recreativos dos seus associados».

Criticando o centralismo tradicional da Administração Pública o ministro afirmou que «não poderá continuar a caber à Junta Central ou ao organismo que em sua substituição venha a ser criado, o exercício ao nível central da totalidade das funções que às casas do povo competem».

«Haverá que saber encontrar e praticar entre as casas do povo e os sistemas centrais de segurança social, de saúde, de acção cultural e de educação as fórmulas de cooperação e a relação funcional que são indispensáveis ao exercício das acções polivalentes daquelas organizações locais» — disse.

O novo presidente da Junta Central, Alcides Gouveia, manifestou-se no sentido de que seja alargada a actividade das casas do povo, fundamentalmente activas nos sectores da

saúde e segurança social a sectores como o alfabetização, a promoção cultural ou o desporto.

Segundo notou, a rede nacional das Casas do Povo distribui-se por cerca de 1500 unidades, «o que nos dá uma taxa de cobertura territorial de 2,6 freguesias por cada instituição».

Classificando as casas do povo como suportes de «verdadeiros centros de desenvolvimento das comunidades rurais», Alcides Gouveia afirmou que a Junta Central apolará técnica e financeiramente as populações particularmente «no domínio da animação das comunidades» e incentivará a descentralização e desconcentração dos serviços.

«Será fomentada — disse — a participação interessada das populações na gestão das instituições, o que pressupõe que as casas do povo pertençam não ao Estado mas às comunidades, as quais designam democraticamente os respectivos órgãos».

Acrescentou que será restabelecido em breve o processo eleitoral para a designação dos responsáveis pelas Casas do Povo, interrompido com a nomeação de comissões administrativas.